



DIFUSÃO DE CONHECIMENTO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

RUBEM CASTRO NEVES

EIXO: 3. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada em 2014 com base em intervenções feitas pelo Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento no Estado da Bahia (PEAMSS Bahia) durante o ano de 2010. Está relacionada com a difusão de conhecimento e mobilização social no contexto da educação ambiental crítica. O objetivo principal foi relatar sobre o processo de mudanças, transformações e ações, após as intervenções feitas. Constituiu-se em um estudo de caso e está embasada principalmente na teoria de mobilização social e na educação ambiental crítica. Os resultados indicaram que a difusão e o uso do conhecimento ocorreram em um círculo muito fechado e que as mudanças de atitudes estão mais relacionadas com o indivíduo que o coletivo. A ausência do poder público foi negativa para o sucesso das intervenções realizadas e a mobilização social não se efetivou de forma plena.

Palavras-chave: Educação. Mobilização. Conhecimento.

ABSTRACT

This research was conducted in 2014 based on statements made by the Environmental Education Program and Social Mobilization for Sanitation in Bahia (Bahia PEAMSS) during the year 2010. It is related to the diffusion of knowledge and social mobilization in the context of environmental education criticism. The main objective was to report on the process of change, transformation and actions, after the interventions. It consisted in a case study and is based mainly on social mobilization theory and critical environmental education. The results indicated that the dissemination and use of knowledge occurred in a very closed circle and that changes in attitudes are more related to the individual than the collective. The absence of government was negative for successful interventions and social mobilization failed to materialize in full.

- Keywords: Education. Mobilization. Knowledge.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo deriva de uma pesquisa relacionada ao Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS) realizada em três municípios do Estado da Bahia: Teofilândia, Cicero Dantas e Uauá, durante o ano de 2014. Teve como objetivo relatar sobre o processo de mudanças, transformações e ações, após intervenções feitas durante o ano de 2010, definindo até que ponto e de que forma a difusão de conhecimento e a mobilização social implementada pelo PEAMSS nesses municípios foram responsáveis pelas transformações.

Com base na Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445, de 2007), foi idealizado pelo Ministério das Cidades, através da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, o Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento, conhecido como PEAMSS (BRASIL, 2007; BRASIL, 2009). Neste programa, a educação

ambiental é ressaltada como uma promissora possibilidade de atuação que busca, por meio de ações articuladas através de intervenções, promover a emancipação e o empoderamento dos atores sociais envolvidos em um processo de educação ambiental crítica, e com isso, despertar o protagonismo popular na condução das transformações esperadas de forma que se consolidem como ações continuadas (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, a Bahia surge como pioneira em 2010, seguindo a linha nacional do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS), implementando, através de um projeto piloto, o seu próprio programa em 13 municípios do Estado. Assim, o cerne da questão estudada está no movimento comportamental como consequência das intervenções feitas em três desses treze municípios através do processo de difusão de conhecimento e mobilização social direcionado aos representantes dos grupos de acompanhamento do PEAMSS nos municípios, formados por representantes da comunidade local. A pesquisa, certamente, servirá como uma das balizas para avaliação de projetos e programas como o PEAMSS, mas não teve a intenção nem a formatação necessária para tal.

A educação ambiental tratada nesta pesquisa teve como referência a corrente de educação ambiental crítica e, como estratégias, a difusão de conhecimento e a mobilização social. Nossos referenciais no que diz respeito à discussão sobre conhecimento se concentraram principalmente nas visões de Paulo Yazigi Sabbag, Hirotaka Takeuchi e Ikujiro Nonaka. A mobilização social se baseia em José Bernardo Toro e Nísia Maria Duarte Werneck e a educação ambiental crítica se baseia, principalmente, em Carlos Frederico Loureiro e Philippe Layrargues.

A pesquisa utilizou como método de procedimento o modelo teórico de Estudo de Caso proposto por Robert K. Yin. Os dados analisados para a pesquisa relacionada a este artigo foram coletados a partir de grupos focais realizados em cada um dos três municípios estudados. A análise principal foi a partir da construção da explanação, técnica analítica proposta por Yin (2010, p. 170) o qual considera que, “explicar um fenômeno é estipular um conjunto presumido de elos causais sobre ele, ou ‘como’ ou ‘por que’ algo aconteceu, sendo complexos e difíceis de medir”.

A escassa experiência no campo da implementação do PEAMSS nos municípios do Brasil faz da experiência na Bahia um referencial que pode ser espelho para municípios de outros Estados, tanto no que se refere à afirmação dos aspectos positivos, como para corrigir os negativos. Assim, apesar desta pesquisa se constituir em um estudo de caso, o que limita sua generalização, espera-se poder colaborar para o aperfeiçoamento do modelo metodológico de difusão de conhecimentos e mobilização social para a política de educação ambiental do PEAMSS nos diversos municípios do Estado da Bahia e do Brasil, os quais deverão passar por um processo semelhante aos treze municípios contemplados no ano de 2010 pelo PEAMSS Bahia, conforme a Lei 11.445, de 2007 (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, salvo as especificidades do estudo de caso, a pesquisa representa uma ferramenta para a construção e a consolidação da proposta do PEAMSS Nacional, que apresenta, em suas diretrizes, aspectos determinantes para que demandas comunitárias sejam de fato atendidas, e que tenham um caráter orientador e articulador. O tema investigado, portanto, relaciona-se com a difusão de conhecimentos e mobilização social como meios para implementação da política de educação ambiental do PEAMSS na Bahia.

Estrategicamente e do ponto de vista político, pesquisas dessa natureza chegam num momento oportuno para conjugar com as políticas públicas, visando criar condições reais de participação e controle social dos investimentos públicos. Com isso, a mobilização da população para difusão desses conhecimentos, as informações no âmbito das dimensões ambientais difundidas através de agentes sociais, informações sobre seus direitos e em que medida eles podem ser exercidos, aliadas à capacitação para a ação, se constituem no primeiro passo para a construção da cidadania (ROCHA; ROCHA, 2009).

2 O DISCURSO DO CONHECIMENTO

Na chamada “sociedade do conhecimento”, Sabbag (2007) faz uma análise da aceleração do tempo e de sua relação com as mudanças radicais envolvendo os aspectos políticos, econômicos e sociais. Segundo este autor, o maior impacto dessas mudanças está na posição e no poder exercido pelo conhecimento, sendo a formação de “massa crítica” o maior deflagrador desse processo. Da mesma forma Takeuchi e Nonaka (2008), inspirados no estudo de diversos autores ocidentais, relatam esse poder do conhecimento como o recurso de mais alta qualidade e a chave para mudanças, inclusive, de poder.

No que diz respeito à informação e ao conhecimento, Sabbag (2007) não faz muita distinção entre os dois e afirma que um não sobrevive sem o outro. O autor relata que já em 1909 o filósofo John Dewey afirmava que “informações são conhecimentos simplesmente adquiridos ou armazenados; o saber é o conhecimento atuando no sentido de obter-se a capacidade de tornarmos nossa vida mais fácil”. Conclui dizendo que “conhecimento é informação processada que habilita a ação, modifica opiniões, crenças, atitudes e comportamento” (SABBAG, 2007, p. 50).

Existem muitas classificações relacionadas ao conhecimento, uma das mais discutidas é a que o classifica como

tácito e explícito. O conhecimento tácito, segundo Takeuchi e Nonaka (2008, p. 19) é aquele que “está profundamente enraizado nas ações e na experiência corporal do indivíduo, assim como nos ideais, valores ou emoções que ele incorpora”, enquanto o conhecimento explícito, segundo os mesmos autores (p. 19), é aquele que “pode ser expresso em palavras, números ou sons e compartilhado na forma de dados, fórmulas científicas [...], especificação de produtos ou manuais”.

Sabbag (2007, p. 70) discorda de Takeuchi e Nonaka (2008) no que diz respeito à conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito, pois considera que os dois autores simplificam demais o processo de conversão do conhecimento e que “se fosse fácil externalizar conhecimento tácito, ainda mais socialmente, ele não seria tácito”.

Nesse sentido, se o conhecimento é ferramenta para solução de problemas, Germano (2011, p. 29) coloca “como urgente e fundamental intensificar a busca pelo diálogo entre o conhecimento científico e os saberes de senso comum”, no entanto acrescenta que não é uma tarefa fácil, considerando a face autoritária, determinista e fragmentada da ciência.

Quando se fala em utilização do conhecimento, Moreira (2005, p.81) afirma que isto “está no foco central da gestão do conhecimento e se o mesmo não for utilizado, tornam-se inúteis os processos de criação, identificação, aquisição, desenvolvimento e transferência de conhecimentos”. Essa não utilização do conhecimento significa, de acordo com Leff (2010, p. 40), o “desconhecimento do conhecimento”, com implicações diretas na crise ambiental que vivemos, pois, conforme o autor, os problemas ambientais atuais não decorrem da ignorância. O homem sabe que o crescimento econômico sem limites é incompatível com os recursos limitados da natureza, mas prefere desconhecer esse conhecimento em nome do lucro imediato.

Tudo isso gera um discurso do conhecimento com diversas visões em que nenhuma delas conseguiu, até o momento, trazer respostas consensuais sobre sua verdadeira natureza. O que esperamos com relação ao PEAMSS é que o conhecimento difundido possa homogeneizar a ação coletiva e proporcionar as transformações necessárias.

3 MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Quando pensamos em mobilização social, a ideia que nos vem na mente é de uma reunião com a comunidade, uma manifestação ou qualquer evento que reúna um número considerável de pessoas; empregamos esse termo para generalizar nosso ato. Na verdade, a mobilização social é muito confundida com reuniões de pessoas, passeatas, propagandas ou qualquer tipo de manifestação pública. Porém, esses eventos não caracterizam uma mobilização.

De acordo com Toro e Werneck (2004, p.13), “a mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos”. Ao tomar uma decisão e agir, estamos fazendo uma escolha, por isso Toro e Werneck (2004) falam em convocação como um ato de liberdade, do qual as pessoas são chamadas à participar; mas esta é uma decisão pessoal que passa pelo desejo de cada um e depende da motivação, do sentimento de responsabilidade e da capacidade de construir mudanças.

Com base em Zangelmi e Sales (2009), o processo de mobilização social rompe com o isolamento, propicia o contato com novas perspectivas de mundo e propõe uma nova cultura política, permitindo a abertura de um espaço de reflexões e questionamentos que leva as pessoas a pensarem no mundo não mais como algo dado e definitivo, dando maior vazão à sua busca pelo ambiente comunitário.

3.1 Dimensões básicas do processo de mobilização social

No modelo teórico proposto por Toro e Werneck (2004), são identificadas quatro dimensões básicas do processo de mobilização social: o imaginário, o campo de atuação, a coletivização e o acompanhamento de resultados.

A primeira delas representa o primeiro passo no planejamento de um processo de mobilização social que de acordo com Toro e Werneck (2004, p.37) é a formulação de um “imaginário com um propósito atrativo e convocante” que sintetize de uma forma atraente e válida os objetivos que se buscam alcançar, refletindo um consenso coletivo. O imaginário, segundo os mesmos autores (p.40) “é uma fonte de hipóteses para a ação e o pensamento”, devendo orientar os esforços para convertê-lo em realidade.

A segunda dimensão básica do processo de mobilização social proposto por Toro e Werneck (2004) é o Campo de Atuação que pode ser o local de trabalho, a escola ou qualquer ambiente de atuação onde o ator social possa desempenhar seu papel no processo de mudança proposto no imaginário. Essas mudanças devem ser construídas no dia a dia por pessoas da própria comunidade interessadas em atuar coletivamente.

Já a Coletivização, terceira dimensão básica desse processo, é o sentimento e a certeza de que aquilo que está

sendo feito em um determinado campo de atuação está também sendo feito por outros de uma mesma categoria, em outros campos de atuação, dando estabilidade ao processo de mobilização social (TORO; WERNECK, 2004). A circulação da informação através da comunicação é essencial no processo de coletivização, devendo desenvolver nas pessoas, conforme Toro e Werneck (2004), um sentimento de pertinência com a informação para que não se torne algo meramente informativo, sem compromisso com a ação.

Por fim, o acompanhamento de resultados, quarta dimensão básica, requer que sejam identificados critérios e indicadores que permitam a cada pessoa saber se seu entorno e se todo o campo de ação do movimento está mudando na direção desejada. Isso é importante para manter aceso o entusiasmo dos que estão participando, estimular a ampliação dos participantes e argumentar com os possíveis financiadores do movimento (TORO; WERNECK, 2004).

3.2 Atores do processo de mobilização social

Conforme Toro e Werneck (2004), as pessoas precisam saber que têm nas mãos o seu destino e que a construção da sociedade depende de sua vontade e de suas escolhas, fazendo da democracia uma realidade. Já o Estado precisa ser o promotor contínuo da mobilização, tomando a frente e assumindo o papel de Produtor Social em primeira instância.

No modelo teórico proposto por Toro e Werneck (2004, p.41), entende-se por Produtor Social aquele que “tem a capacidade de criar condições econômicas, institucionais, técnicas e profissionais para que um processo de mobilização ocorra”. Além dos Produtores Sociais, o modelo teórico proposto por Toro e Werneck (2004) aponta outros atores no processo de mobilização social que são os Reeditores Sociais e os Editores.

O Reeditor Social, de acordo com Toro e Werneck (2004), ocupa uma posição onde tem a capacidade de readequar mensagens, possui credibilidade e legitimidade, é reconhecido socialmente, pode transformar e criar sentidos frente à comunidade onde atua, contribuindo para modificar formas de pensar, sentir e atuar.

Já o Editor é o profissional, podendo ser pessoa ou instituição, que converte as mensagens em uma linguagem adequada ao campo de atuação do reeditor que, por sua vez, pode usá-las, decodificá-las ou recodificá-las conforme sua própria percepção.

3.3 A comunicação no processo de mobilização social

A comunicação é outro instrumento importante na mobilização. De acordo com Toro e Werneck (2004), toda mobilização social requer um projeto de comunicação em sua estruturação e tem como meta o compartilhamento de todas as informações relacionadas com o movimento. As pessoas precisam e têm o direito de ter acesso a toda informação. É um direito e uma exigência para uma participação livre e consciente. Com informações e conhecimentos os reeditores ganham segurança. É uma oportunidade para que façam uma verificação de pertinência do que estão falando ou fazendo.

A chamada comunicação macrointencional, conforme Jaramillo Lopes (2004), deve ser orientada para a mobilização social, partindo da construção de sentidos coletivos ou grandes propósitos de interesse público. A comunicação conforme Toro e Werneck (2004), é feita por um produtor social e dirigida a reeditores através de redes de comunicação direta, sendo a circulação de informações a função principal daqueles que promovem ou lideram um processo de mobilização. Sua efetividade para a mobilização participada depende muito do conhecimento que se tenha do campo de atuação do reeditor (TORO; WERNECK, 2004).

A comunicação e a participação têm um papel fundamental na mobilização, no entanto, de acordo com Quintas (2006), devemos considerar que as pessoas não nascem participativas, que a participação não é uma conduta social automática, ela é motivada por crenças, valores ou interesses que divergem e por esta razão são conflitivos. Dessa forma, acrescenta Quintas (2006), o Estado deve tomar as rédeas transformando o espaço da gestão ambiental em espaço público, evitando a predominância de grupos dominantes sobre aqueles menos privilegiados materialmente, no campo cognitivo e na capacidade de organização, não conseguindo, dessa forma, intervirem na defesa de seus interesses e necessidades.

4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

4.1 Características e natureza da educação ambiental e da educação ambiental crítica

Segundo o capítulo I, parágrafo 1º da Lei 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental,

esta educação é entendida como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

A educação ambiental é caracterizada como formal e não formal. Constitui-se num processo informativo, relacionado ao conhecimento sobre a questão ambiental, e formativo, que permite que os indivíduos e os grupos sociais ampliem a sua percepção e internalizem, conscientemente, a necessidade de mudanças (DIAS, 2007).

A educação ambiental formal é aquela instituída no ensino formal das escolas através de seus currículos, tanto nas instituições públicas vinculadas aos sistemas federais, estaduais e municipais de ensino, como nas instituições privadas. Deve ser desenvolvida como prática educativa integrada, contínua, permanente, inter e transdisciplinar, em todos os níveis e modalidades educacionais.

A educação ambiental não formal é aquela realizada através de campanhas nos veículos de comunicação e outros meios, como no caso do PEAMSS, instituída fora do âmbito escolar, como “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”, conforme artigo 13 da Lei 9.795/1999 (BRASIL, 1999).

Conforme Layragues (2009), essa simples caracterização da educação ambiental, quando menciona aspectos formativos que permitam ampliação da percepção e internalização consciente da necessidade de mudanças, nos remete a uma educação ambiental diferenciada, que é a educação ambiental crítica. Nesse sentido, o autor acrescenta que a resignificação do ambiente torna-se necessária, devendo ser tratada sob o ponto de vista político, cultural e socioeconômico, para que seu conceito não fique reduzido à dimensão natural, mas sim, que possa ser ampliado a outros aspectos.

Na discussão sobre educação ambiental crítica, tem lugar de destaque a luta contra as desigualdades que, segundo Layragues (2009, p. 13), pode se revelar de diversas formas como no acesso ou não à “educação, saúde, transporte, água e saneamento; na questão ética e de gênero; na ocupação de postos de trabalho, de cargos de direção etc.”. A educação ambiental crítica tem que ser muito mais do que educação ecológica, vai além do aprendizado sobre sistemas ecológicos e aplicação de tecnologias limpas, devendo abranger a compreensão do funcionamento e da estrutura dos sistemas sociais dentro da sua complexidade (LAYRAGUES, 2009; LOUREIRO, 2006).

4.2 Correntes da educação ambiental crítica

Ancorados nas ideias de Martinez Alier, Loureiro, Barbosa e Zborowski (2009, p. 81), apresentam três correntes do ambientalismo: “o Culto ao Silvestre ou Conservacionismo, o Culto da Ecoeficiência e o Ecologismo dos Pobres”.

Com relação ao Conservacionismo ou Culto ao Silvestre, bastante difundido e popular entre as massas, Loureiro, Barbosa e Zborowski (2009) chamam a atenção para o seu lado romântico, “se origina do amor às belas paisagens e da preocupação com a preservação da vida silvestre”, não se posicionando com relação às mazelas causadas pela industrialização, exploração do capitalismo, desigualdades ou crescimento econômico.

Já a Ecoeficiência, de acordo com Loureiro, Barbosa e Zborowski (2009), prima pela eficiência técnica, voltando sua atenção para os impactos ambientais, manejo correto dos recursos naturais e defende o crescimento econômico com base no desenvolvimento sustentável.

Tanto a Ecoeficiência quanto o Conservacionismo, segundo Loureiro, Barbosa e Zborowski (2009, p. 82), “são correntes legitimadas pela ideologia dominante, ou seja, funcionam segundo a lógica do mercado ou sem questioná-la, naturalizando as relações sociais vigentes, não existindo, portanto, preocupação em alterar a estrutura do sistema político-econômico hegemônico”.

A corrente chamada de ecologismo dos pobres, de acordo com Loureiro, Barbosa e Zborowski (2009, p.83), “desafia tanto o culto ao silvestre quanto o credo da ecoeficiência”. Essa corrente, crescente no mundo, combate a acumulação capitalista, privação de determinados grupos sociais do acesso aos recursos e serviços ambientais e luta pela redução das desigualdades, pela justiça ambiental e pela mudança no modelo de desenvolvimento econômico.

Dessa forma, a educação ambiental crítica precisa se apropriar dos mecanismos ideológicos a que os grupos se encontram subordinados, no sentido de promover sua libertação, assim como a ciência não pode perder de vistas a formulação teórica de novos saberes que desvelem a origem histórica e esses mecanismos ideológicos de dominação e apropriação do meio ambiente, gerando propostas transformadoras (LOUREIRO; BARBOSA; ZBOROWSKI, 2009).

Essa é a educação ambiental contida na proposta do PEAMSS e para que a mesma seja adotada, a questão ambiental deve ser entendida na plenitude dos aspectos políticos, sociais, econômicos, naturais e filosóficos, cruciais para fomentar o pensamento com base em um desenvolvimento ancorado nos princípios da sustentabilidade, a partir de um modelo descentralizado e participativo de gestão dos recursos naturais e humanos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO DAS INTERVENÇÕES FEITAS PELO PEAMSS

5.1 Divulgação e aprendizagem

Os resultados relacionados a essas categorias têm uma relação direta com a teoria de mobilização social de Toro e Werneck (2004), ao contemplar o projeto de comunicação. No que se refere aos canais de comunicação relacionados à divulgação do PEAMSS no município e ao processo de aprendizagem, observamos, pelo menos seis canais diferentes, envolvendo as categorias divulgação e aprendizagem. Na divulgação, o canal mais expressivo foi o boca-a-boca, seguidos pelo serviço de alto-falante do município e rádio local, enquanto no processo de aprendizagem predominaram as oficinas, seguidas do boca-a-boca, cursos e palestras.

As narrativas demonstraram que foi muito importante o projeto de comunicação utilizado tanto na divulgação como no processo de transmissão dos conhecimentos, corroborando com a teoria de mobilização social de Toro e Werneck (2004) no que diz respeito a um projeto de comunicação bem formulado e ao conhecimento do campo de atuação pelas equipes de profissionais que ministraram os cursos e oficinas. Baseado na classificação de Toro e Werneck (2004), consideramos essas equipes como os reeditores e, de acordo com as narrativas nos grupos focais, criou-se uma relação de afinidade dessas equipes com o público alvo, favorecendo a comunicação. Esse fato, segundo o autor, fortalece os reeditores, conferindo-lhes mais segurança no processo de mobilização. Os profissionais que prepararam o material didático do PEAMSS seriam os editores.

5.2 Conhecimento e os fatores favoráveis e desfavoráveis para sua aquisição e uso

Podemos relacionar essas categorias com a teoria de mobilização social de Toro e Werneck (2004) no que diz respeito às dimensões básicas de um processo de mobilização social e, ainda, com a educação ambiental crítica nas visões de Layragues (2009) e Loureiro (2006). Com relação aos conhecimentos adquiridos, apesar da valorização que deram às tecnologias sociais, o que ficou marcado na maioria foi o conhecimento sobre política pública e a consciência ambiental. Mesmo nas falas em que esses termos não foram mencionados, ficou implícita uma compreensão de política pública voltada para a realidade social e local.

Isso demonstra também que, possivelmente, os conhecimentos adquiridos levaram a um rompimento com o mito de que a educação ambiental seria sinônimo de ecologia que, por sua vez, estaria ligada às Ciências Naturais. Essa compreensão de que a educação ecológica vai além do aprendizado sobre sistemas ecológicos e aplicação de tecnologias limpas, conforme é defendido pelos autores da educação ambiental crítica, a exemplo de Layragues (2009) e Loureiro (2006), ficou evidente, praticamente, em todas as narrativas de todos os grupos focais.

Dentro do que é postulado por Takeuchi e Nonaka (2008) e por Sabbag (2007) com relação à conversão de conhecimentos de tácito para explícito e vice versa, não há elementos suficientes para locarmos, de forma taxativa, o conhecimento adquirido pelas comunidades do PEAMSS em uma dessas direções. No entanto, os resultados apontam em direção ao que é colocado por Sabbag (2007) com relação à conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito. O autor considera que não é fácil externalizar conhecimento tácito, o que de fato foi observado nessas comunidades, ou seja, a conversão de conhecimento tácito para explícito foi algo bastante distante nesta pesquisa.

Apesar da complexidade para compreensão da questão ambiental, as narrativas relacionadas aos fatores que contribuíram para aquisição de conhecimentos não demonstraram isso. Ficou evidente nos depoimentos a exaltação às equipes de profissionais que ministraram as atividades, bem como a metodologia utilizada como os grandes facilitadores.

O otimismo relacionado aos fatores que contribuíram para aquisição de conhecimentos praticamente não deixou espaço para fatores negativos ligados diretamente aos obstáculos para essa aquisição. O que pode ser observado nas narrativas de alguns e gestos de concordância dos demais durante essa discussão, foi uma crítica à ausência do poder público local como algo negativo à aquisição de conhecimentos.

Ficou evidente nessas narrativas a importância da presença constante do poder público promovendo a coletivização e fazendo o acompanhamento dos resultados, conforme recomenda Toro e Werneck (2004), evitando, dessa forma, o desinteresse. Os autores afirmam que o Estado precisa ser o promotor contínuo da mobilização tomando a frente e assumindo o papel de Produtor Social em primeira instância. E, conforme essas e outras narrativas faltou, por parte do poder público local, o envolvimento para consolidar o processo de mobilização social. É claro que o Estado em determinado momento precisa retirar-se para que não fique caracterizada uma relação de paternalismo permanente.

Pode ser observado que o uso do conhecimento ocorreu de uma forma bastante pessoal e sua difusão ainda

permanece, predominantemente, em um círculo muito fechado. De qualquer maneira, esse encarceramento de conhecimento e seu uso demonstra uma mudança de atitudes e de comportamento a partir da qualificação dos atores sociais.

5.3 Cobranças efetuadas e necessidades dos municípios

Quando se trata de cobrança, a maioria declarou não estar cobrando das autoridades. Há um desconforto visível através das narrativas quando a questão foi o confronto com o poder público através das cobranças, provavelmente, devido a valores, costumes, normas e interesses pessoais. Este desconforto pode ser percebido em narrativas evasivas, em que não ficou claro se estão ou não cobrando das autoridades. Alguns chegaram a admitir a questão política por não estarem cobrando das autoridades. Em outras declarações se percebeu o mesmo, sem que haja a verbalização dos motivos políticos. Já aqueles mais independentes declararam abertamente que já cobraram ou estão cobrando, mas sem sucesso.

Apesar de a ideia parecer ter sido adotada em nível pessoal e mental de todos, o tempo e, talvez, as condições necessárias para as cobranças, ainda não tenham sido estabelecidos, necessitando mais que uma mudança: o encorajamento para o enfrentamento dos seus próprios medos e a adoção de um novo sistema de valores. Isso é um indício de que o coronelismo ainda perdura nesses municípios. As relações autoritárias permanecem e o medo de retaliações é um obstáculo cultural à cidadania plena.

Todos foram unânimes ao afirmar, direta ou indiretamente que o projeto incluiu as verdadeiras necessidades do município, além da exaltação que fizeram aos conhecimentos adquiridos quando tratamos da categoria aprendizagem. Isto permite afirmar que o propósito do PEAMSS foi atrativo e convocante. Portanto, o imaginário, uma das condições básicas do processo de mobilização social proposto por Toro e Werneck (2004), foi satisfeita.

5.4 Iniciativas individuais, da comunidade e do poder público

O que foi observado nas narrativas indica que qualquer iniciativa presente esteve direta ou indiretamente relacionada ao indivíduo que participou do PEAMSS. O poder público quando fez algo, o fez por cobrança de outros ou por temer cobranças individuais ou coletivas, não por iniciativa própria.

O que foi constatado de tudo isso é que houve uma reação, uma resposta positiva em torno da mobilização para a ação. Na maioria dos casos, as iniciativas das comunidades estiveram sempre acompanhadas por iniciativas próprias. Este fato, apesar de ter seu lado positivo no processo de mobilização social no que diz respeito aos resultados esperados pelo Produtor Social, representa, no médio prazo, e no caso do PEAMSS, certo entrave para a consolidação final do processo de mobilização. Isto se deve ao fato de que as pessoas querem resultados concretos que só o poder público poderia proporcionar. O perigo desses resultados não serem concretizados em um médio prazo, é a geração de um desinteresse generalizado que, de acordo com Toro e Werneck (2004), pode levar ao fracasso de todo o processo de mobilização.

5.5 Conhecimento e Mudança de atitudes

As narrativas demonstraram que a maioria fortaleceu seus conhecimentos e habilidades buscando novos conhecimentos. No entanto, os objetivos do PEAMSS vão além disso, é necessário que essa nova ideia esteja acompanhada de ações que não apenas aquelas no campo do desenvolvimento pessoal. É claro que o desenvolvimento pessoal é uma grande conquista, pois é a partir deste que as ações mais efetivas e em nível de cobranças coletivas poderão se concretizar.

As mudanças de atitudes ficaram evidentes e aconteceram das mais variadas formas: na maneira de pensar, de agir, de falar, no uso de tecnologias sociais, no posicionamento político e na expressão das emoções, o que pode ser resumido em ação e comportamento. Pelos resultados observados, essas mudanças estão muito relacionadas com o indivíduo, envolvendo a emoção, a persuasão, componentes cognitivos e ações práticas isoladas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicaram que as pessoas adquiriram conhecimentos e houve mudança de atitudes em suas vidas. O uso do conhecimento e sua difusão ocorreram de uma forma bastante pessoal e em um círculo muito fechado. Entretanto, não há indícios fortes de mobilização social, nem de envolvimento satisfatório do poder público local na

implementação dessa política, o que prejudicou a mobilização social.

As mudanças de atitudes estão muito relacionadas com o indivíduo, a emoção, os componentes cognitivos e as ações práticas. No entanto, há de se ter o cuidado para que a persuasão, a emoção e o entusiasmo aliados à continuidade da proposta não se transformem em uma relação de dependência e venham prejudicar a autonomia dos cidadãos, ferindo os objetivos da intervenção.

Ao problematizarmos os vínculos entre mudança de atitudes e conhecimentos, tentamos evidenciar a complexidade que envolve as transformações sociais para adoção de novas ideias. Não é algo simples afirmar que através da educação ambiental e mobilização social essas transformações possam ser garantidas, haja vista os vínculos históricos e culturais envolvidos. Dessa forma, não é fácil aproximar do público a criticidade da educação ambiental e a complexidade do conhecimento e da mobilização social, no contexto político em que vivemos.

.

BRASIL. **Lei. 9795 - 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.

BRASIL. **Lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Casa Civil, Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério das Cidades. Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. **Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento.** Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** 9. ed. São Paulo: Gaia, 2007. 399 p.

JARAMILLO LOPES, J. C.. **Modelo de comunicación pública organizacional e informativa para entidades del Estado.** Bogotá (Colômbia): Usaid – Casals & Associates, 2004.

LAYRAGUES, P. P. Educação ambiental como compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRAGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico.** São Paulo: Cortez, 2009. p. 11-32.

LOUREIRO, C. F. B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política.** Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

LOUREIRO, C. F. B.; BARBOSA, G. L.; ZBOROWSKI, M. B. Os vários “ecologismos dos pobres” e as relações de dominação no campo ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRAGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico.** São Paulo: Cortez, 2009. p. 81-118.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental.** Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2010. 239 p.

MOREIRA, D. A. **Teoria e prática em gestão do conhecimento:** Pesquisa exploratória sobre consultoria em gestão do conhecimento no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública.** (Coleção Meio Ambiente. Série Educação ambiental, 5). 2. ed. Brasília: Ibama, 2006.

ROCHA, J. C.; ROCHA, D. A. B. F. **Extensão em Educação em Direitos Humanos.** (Coleção educação em Direitos Humanos, vol. 2). Camaçari: EGBA, 2009.

SABBAG, P. Y. **Espirais do Conhecimento:** ativando indivíduos, grupos e organizações. São Paulo: Saraiva, 2007

TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. **Gestão do conhecimento.** Porto Alegre: Bookman, 2008.

TOURO A., J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 2. ed. Porto Alegre, Bookman, 2010.

ZANGELMI, A. J.; SALES, I. F. O. de. Trabalhadores rurais em movimento: a construção de uma nova identidade no assentamento Aruega. **Revista Extensão Rural**, Ano XVI, nº 17, (Jan – Jun de 2009). Novo Cruzeiro/MG: DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, 2009.

Doutor em Difusão do Conhecimento, professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia, participa do grupo de pesquisa Gestão, Educação e Direitos Humanos – rubemneves@yahoo.com.br

Recebido em: 29/05/2015

Aprovado em: 09/06/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: